

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

KPDS 1433476

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>6</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>

## Relatório da Administração

### 1. Sobre a Companhia

#### 1.1. Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Aeroporto de Pampulha, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

#### 1.2. Destaques de 2024

O ano de 2024 foi marcado pela Fase I-B do Contrato de Concessão do Aeroporto da Pampulha, a qual iniciou em fevereiro de 2023, e representa o período em que a Concessionária realizará todas as melhorias previstas pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, tais como reformas no terminal de embarque e desembarque, melhorias no sistema de pistas e *taxiways*, dentre outros investimentos obrigatórios previstos em contrato com vistas a adequar plenamente o aeroporto aos termos contratuais e regulamentares, com previsão de conclusão em fevereiro de 2026.

A realização das obras representa um marco para a eficiência e segurança operacional, além de promover a exploração comercial do sítio aeroportuário.

Em 2024, o Aeroporto da Pampulha foi o 3º mais movimentado do país na aviação geral. Com o fechamento do aeroporto de Carlos Prates observamos uma migração de demanda relevante onde tivemos um crescimento de 11% em pousos e decolagens, quando se comparado a 2023, alcançando 55.949 movimentos.

### 2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

#### 2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o conselho de administração e a diretoria executiva. A governança corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O conselho de administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela assembleia geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a diretoria executiva é composta por dois diretores, sendo um diretor presidente e um diretor sem designação específica. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo conselho de administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

#### 2.2. Gestão de Pessoas

Em dezembro de 2024, no aeroporto Pampulha há 29 colaboradores efetivos e o ativo conta com cultura matricial e com uma administração na sede da divisão aeroportos.

Além disso, a Companhia priza pela segurança de seus colaboradores e no ano de 2024 continuou a implementação de diversas ações preventivas e inovadoras para garantir uma trajetória com meta de zero acidentes no decorrer de sua atividade.

Além disso, a empresa implementou a evolução de sua cultura, tendo como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade, a visão de liderar o setor de mobilidade, com foco na criação de valor sustentável, e a cultura dos três Is (Integridade, Integração e Impacto).

### 2.3. Partes Relacionadas

De acordo com o contrato de concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer pessoa controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma política de transações entre partes relacionadas pela concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que deverão ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão a respeito deste tema.

## 3. Desempenho Econômico e Financeiro

### 3.1. Desempenho

#### 3.1.1. Receita

Receitas operacionais*	2024	2023	Varição
Receitas tarifárias	15.774	12.381	27%
Receitas não tarifárias	22.106	18.950	17%
<b>Receita bruta</b>	<b>37.880</b>	<b>31.331</b>	<b>21%</b>
(-)Deduções da receita	(4.562)	(4.749)	-4%
<b>Receita líquida</b>	<b>33.318</b>	<b>26.582</b>	<b>25%</b>

\*Desconsidera receita de construção

A receita não tarifária teve um aumento de 17%, impactada pela renegociação de contratos de hangares, performance dos contratos de publicidade, entre outros.

Em 2024 houve um crescimento de 27% na receita tarifária, devido ao crescimento de movimentos de aeronaves, conforme quadro abaixo:

Indicadores operacionais	2024	2023	Varição
Movimentação total de aeronaves (MTA)	55.953	50.375	11%

#### 3.1.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas ficaram em linha com os índices de inflação do período.

#### 3.1.3. Dívida

Em junho de 2024 foi realizada o pré-pagamento da primeira emissão de notas comerciais no valor de R\$ 30 milhões e a quitação da primeira emissão da cédula de crédito bancária no valor de R\$ 10 milhões. Dando seguimento ao planejamento financeiro foi realizada a captação da segunda emissão de notas comerciais no valor de R\$ 50 milhões com remuneração de CDI + 1,10% a.a. Essa captação teve como destinação pré-

pagamento de notas comerciais da primeira emissão, garantir o fluxo de caixa operacional da Companhia e realização de investimentos.

## **4. Sustentabilidade**

### **4.1. Desempenho Ambiental**

O Instituto CCR promove transformação social e impacta milhões de pessoas, com projetos relacionados aos focos estratégicos de educação, cultura, saúde, segurança, mobilidade e cidades sustentáveis. Em 2024 foram promovidas ações culturais com impacto direto na região limdeira ao aeroporto de Pampulha.

Caminhos para a saúde: promoveu testes glicêmicos e colesterol, aferição de pressão arterial, cálculo de IMC (índice de massa corporal), além de corte de cabelo e massagem, também tivemos recreação infantil para as crianças com distribuição de algodão doce e pipoca.

Caminhão de histórias: incentivou a leitura para as crianças no Parque Municipal Américo Renné Gianetti onde tivemos a participação de mais de 700 pessoas.

Ações de voluntariado: foi realizado voluntariado com direcionamento a preservação ambiental onde foi incentivado o plantio de horta e jardinagem na Escola Municipal Maria Silveira.

## **5. Considerações Finais**

### **5.1. Auditores Independentes**

Em nosso relacionamento com o auditor independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

## **6. Declaração da Diretoria**

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

### **6.1. Agradecimentos**

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizados e crescimento.

Belo Horizonte, 13 de março de 2025.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 Conjunto Térreo ao 801 - Parte, Chácara Santo Antônio,

CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas e Diretores da Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

*Belo Horizonte – MG*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli  
Contador CRC 1SP201409/O-1

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

## Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>		<b>18.972</b>	<b>48.173</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.948	30.991
Aplicações financeiras	6	21	10.436
Contas a receber das operações	7.1	4.070	4.901
Contas a receber de partes relacionadas	9	103	173
Tributos a recuperar		1.251	890
Estoque		362	562
Despesas antecipadas e outros créditos		217	220
<b>Não circulante</b>		<b>106.146</b>	<b>75.386</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Contas a receber das operações	7.1	42	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	300	743
Tributos a recuperar		124	4
Depósitos judiciais e outros créditos		61	-
Estoque		202	-
<b>Imobilizado</b>	10	523	427
<b>Intangível</b>	11	62.008	44.360
<b>Infraestrutura em construção</b>	11	42.886	29.852
<b>Total do Ativo</b>		<b>125.118</b>	<b>123.559</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>		<b>12.633</b>	<b>34.963</b>
Empréstimos	15	-	13.213
Nota comercial	16	100	1.310
Fornecedores	12	2.072	14.512
Impostos e contribuições a recolher	14	1.248	1.643
Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.031	930
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	343	558
Dividendos e juros sobre capital próprio		7.045	2.370
Obrigações com o Poder Concedente		702	374
Outras obrigações		92	53
<b>Não circulante</b>		<b>50.021</b>	<b>29.985</b>
Nota comercial	16	49.845	29.904
Fornecedores	12	48	5
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	17.1	60	-
Outras obrigações		68	76
<b>Patrimônio líquido</b>	18	<b>62.464</b>	<b>58.611</b>
Capital social		53.648	53.648
Reservas de lucros		8.816	4.963
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>125.118</b>	<b>123.559</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

## Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	19	<b>62.552</b>	<b>51.537</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>		<b>(44.647)</b>	<b>(40.121)</b>
Custo de construção		(29.234)	(24.955)
Serviços		(7.308)	(6.359)
Custo da outorga		(702)	(374)
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.478)	(1.221)
Custo com pessoal		(3.361)	(4.169)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.101)	(1.303)
Seguros		(1.071)	(1.110)
Outros		(392)	(630)
<b>Lucro bruto</b>		<b>17.905</b>	<b>11.416</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(5.492)</b>	<b>(4.017)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas com pessoal		(2.627)	(1.918)
Serviços		(1.354)	(1.040)
Materiais, equipamentos e veículos		(30)	(32)
Provisão para perda esperada - contas a receber		(883)	(433)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(15)	(81)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		-	(71)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	17	(60)	-
Aluguéis de imóveis e condomínios		-	(73)
Outras despesas operacionais		(523)	(369)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>12.413</b>	<b>7.399</b>
Resultado financeiro	20	(1.192)	(251)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>11.221</b>	<b>7.148</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(1.868)	(1.632)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.353</b>	<b>5.516</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.353</b>	<b>5.516</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>9.353</b>	<b>5.516</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social		Reservas de Lucros		Total
		Subscrito	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>		<b>53.648</b>	<b>107</b>	<b>1.529</b>	<b>-</b>	<b>55.284</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.516	5.516
Destinações:						
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	(1.861)	(1.861)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	(328)	(328)
Reserva legal		-	276	-	(276)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	3.051	(3.051)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>53.648</b>	<b>383</b>	<b>4.580</b>	<b>-</b>	<b>58.611</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.353	9.353
Destinações:						
Juros sobre capital próprio em 24 de setembro de 2024 (líquido)	18.5	-	-	-	(1.349)	(1.349)
Juros sobre capital próprio em 24 de setembro de 2024 (IRRF)	18.5	-	-	-	(238)	(238)
Juros sobre capital próprio em 17 de dezembro de 2024 (líquido)	18.5	-	-	-	(3.326)	(3.326)
Juros sobre capital próprio em 17 de dezembro de 2024 (IRRF)	18.5	-	-	-	(587)	(587)
Reserva legal	18.2	-	468	-	(468)	-
Reserva de retenção de lucros	18.3	-	-	3.385	(3.385)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>53.648</b>	<b>851</b>	<b>7.965</b>	<b>-</b>	<b>62.464</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.353</b>	<b>5.516</b>
<b>Ajustes por:</b>			
Imposto Renda, Contribuição Social diferidos	8.2	443	(236)
Depreciação e amortização	10 e 11	1.478	1.221
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	17.1	69	-
Juros sobre empréstimos	20	5.922	3.185
Capitalização de custos dos empréstimos	20	(2.261)	(102)
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	883	433
Comissão de fianças	20	509	238
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	20	40	(6)
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(1.467)	(1.176)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>			
Contas a receber das operações	7.1	(94)	(1.365)
Contas a receber de partes relacionadas	9	70	(169)
Tributos a recuperar		(337)	(799)
Estoque		(2)	-
Despesas antecipadas e outros créditos		(58)	(152)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores	12	(12.437)	(1.684)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(724)	(347)
Impostos e contribuições a recolher		349	2.771
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(1.569)	(2.338)
Obrigações com o Poder Concedente		328	259
Obrigações sociais e trabalhistas	13	101	175
Pagamentos de provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e contrato	17.1	(9)	-
Outras obrigações		31	30
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>618</b>	<b>5.454</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(168)	(204)
Aquisição de ativo intangível	11	(29.979)	(10.238)
Outros de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	8	-
Aplicações financeiras liquidas de resgate		11.882	(6.597)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		<b>(18.257)</b>	<b>(17.039)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Empréstimos e notas comerciais:			
Captações (líquidas de custos de transação)	23.2	49.753	29.885
Pagamento de principal	23.2	(40.000)	-
Pagamento de juros	23.2	(10.157)	-
<b>Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>(404)</b>	<b>29.885</b>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(18.043)</b>	<b>18.300</b>
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		30.991	12.691
No final do exercício		12.948	30.991
		<b>(18.043)</b>	<b>18.300</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. (“Companhia” ou “Concessionária do Aeroporto da Pampulha”), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Praça Bagatelle, nº. 204, bairro São Luiz, CEP 31.270-705, Belo Horizonte/MG.

O Contrato de Concessão do Aeroporto da Pampulha foi assinado em 21 de janeiro de 2022, por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, 22 de fevereiro de 2022, tendo como data final de vigência o dia 22 de fevereiro de 2052.

A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade – Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte/MG.

Durante o primeiro semestre de 2022 a Concessionária concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários à assunção das operações do aeródromo. Sendo assim, em 01 de maio de 2022, deu-se início à operação do Aeroporto da Pampulha pela Concessionária.

Em agosto de 2022, a Concessionária submeteu à apreciação do Poder Concedente o Plano de Gestão da Infraestrutura Aeroportuária – PGI contendo o planejamento para o atendimento aos requisitos de infraestrutura no Aeroporto durante todo o período da concessão.

Em dezembro de 2022, a Concessionária concluiu a implementação das ações e intervenções imediatas que objetivaram aprimorar os padrões operacionais do Aeroporto da Pampulha, por meio da melhoria das condições de utilização dos banheiros e fraldários, revitalização e atualização das sinalizações de informação, revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos, revisão dos sistemas de climatização, correção de fissuras e infiltrações e melhoria das condições de infraestrutura em termos de acessibilidade e demais atividades identificadas.

Por fim, em fevereiro de 2023 a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais – SEINFRA/MG, Poder Concedente, aprovou, tempestivamente, o PGI apresentado pela Concessionária e considerou o Estágio 3 da Fase I-A como concluído, tendo início a Fase I-B do Contrato de Concessão, período em que a Concessionária realizará todas as melhorias previstas pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, tais como reformas no terminal de embarque e desembarque, melhorias no sistema de pistas e *taxiways* entre outros até o dia 22 de fevereiro de 2026.

### Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

#### 1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.



Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.



Em 13 de março de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

## Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

## Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
21. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

## 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

### 3.1. Moeda estrangeira

#### Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.



Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

## 3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas não tarifárias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração dos contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 19.

## 3.3. Instrumentos financeiros

### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.



## Classificação e mensuração subsequente

### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



## Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

## Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

### Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

## Desreconhecimento

### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:



- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

## Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

#### Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

### 3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.



## 3.6. Ativo imobilizado

### Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

## 3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.13.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.



Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

### 3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### 3.9. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### 3.10. Benefícios a empregados

#### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### 3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.



O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

### **3.12. Contrato de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contrato de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar



um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

### 3.13. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23; e
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26.

### 3.14. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

#### Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.



## Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

## 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).



## 5. Gerenciamento de riscos financeiros

### 5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 15, 16 e 21.

#### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos a financiamentos. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 15, 16 e 21.

#### c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.ºs 15 e 21.

#### d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Notas comerciais (a)	6.482	53.135
Fornecedores e outras obrigações	2.164	116
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	343	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	7.045	-
Obrigações com o Poder Concedente	702	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	69	27
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	12.879	30.964
<b>Total</b>	<b>12.948</b>	<b>30.991</b>

  

Aplicações financeiras	2024	2023
<b>Circulante</b>	<b>21</b>	<b>10.436</b>
Aplicações financeiras (a)	21	10.436
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>10.436</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,99% do CDI, equivalente a 10,87% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (101,40% do CDI, equivalente a 13,29% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

### 7. Contas a receber

#### 7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
<b>Circulante</b>	<b>4.070</b>	<b>4.901</b>
Contas a receber das operações (a)	6.128	6.076
Provisão para perda esperada (b)	(2.058)	(1.175)
<b>Não circulante</b>	<b>42</b>	<b>-</b>
Contas a receber das operações (a)	42	-
<b>Total</b>	<b>4.112</b>	<b>4.901</b>



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Créditos a vencer	3.338	4.232
Créditos vencidos até 60 dias	480	539
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	294	130
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	445	793
Créditos vencidos há mais de 181 dias	1.613	382
<b>Total</b>	<b>6.170</b>	<b>6.076</b>

(a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de aeronaves e passageiros, créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias tais como estacionamento, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e

(b) Reflete a perda esperada das operações, referente aos créditos a receber citado no item (a).

## 8. Imposto de renda e contribuição social

### 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>11.221</b>	<b>7.148</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)</b>	<b>(3.815)</b>	<b>(2.430)</b>
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
Despesas indedutíveis	(9)	(4)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	8	(7)
Juros sobre capital próprio	1.870	744
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	43	41
Atualização de Indébitos Tributários (Selic)	12	-
Outros ajustes tributários	23	24
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.868)</b>	<b>(1.632)</b>
Impostos correntes	(1.425)	(1.868)
Imposto diferido	(443)	236
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>-16,65%</b>	<b>-22,83%</b>

### 8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
<b>Ativo</b>	<b>1.187</b>	<b>860</b>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	302	265
Provisão para perda esperada - contas a receber	700	399
Provisão para fornecedores	-	9
Provisões para riscos trabalhistas e previdenciários	20	-
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	21	-
Pré Operacionalidade (a)	124	177
Programa de gratificação longo prazo	20	10
<b>Compensação de imposto ativo</b>	<b>(887)</b>	<b>(117)</b>
<b>Impostos ativos após compensação</b>	<b>300</b>	<b>743</b>
<b>Passivo</b>	<b>(887)</b>	<b>(117)</b>
Capitalização de juros	(834)	(68)
Custo de transação de empréstimos	(52)	(49)
Atualização monetária	(1)	-
<b>Compensação de imposto passivo</b>	<b>887</b>	<b>117</b>
<b>Impostos passivos após compensação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>300</b>	<b>743</b>

Movimentação do imposto diferido	2024	2023
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>743</b>	<b>507</b>
Reconhecimento no resultado	(443)	236
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>300</b>	<b>743</b>

(a) Conforme Instrução normativa 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré operacionais irão realizar-se no momento que a Companhia entrar em operação, sendo realizado de forma linear em 60 parcelas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram concluídos os testes anuais de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

## 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2024				2023			
	Controladora direta	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora direta	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
<b>Ativo</b>	-	-	167	167	-	-	8.644	8.644
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	8.448	8.448
Bancos conta movimento	-	-	54	54	-	-	23	23
Contas a receber	-	-	103	103	-	-	173	173
Outros créditos	-	-	10	10	-	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>7.045</b>	<b>338</b>	<b>5</b>	<b>7.388</b>	<b>2.375</b>	<b>509</b>	<b>13.302</b>	<b>16.186</b>
Fornecedores e contas a pagar	-	338	5	343	5	509	44	558
Dividendos e juros sobre capital próprio	7.045	-	-	7.045	2.370	-	-	2.370
Capital de giro	-	-	-	-	-	-	13.258	13.258



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	2024				2023			
	Controladora direta	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora direta	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(4)	(4)	-	-	(7)	(7)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	(2)	(2)	-	(203)	26	(177)
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	-	-	-	-	(198)	(198)
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	-	39	39	-	-	-	-
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	(471)	(471)	-	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	-	-	-	-	-	(70)	(70)
Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Despesas de prestação de garantias em dívidas	-	(509)	-	(509)	-	(238)	-	(238)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(899)	(899)	-	-	(1.807)	(1.807)
Receitas Financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	-	2	2	-	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	-	156	156	-	-	1.069	1.069
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	1.340	1.340	-	-	1.207	1.207
Repasse de custos e despesas - CCR CSC	-	(3.309)	-	(3.309)	-	(2.727)	-	(2.727)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	-	(32)	(32)	17	1	(34)	(16)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 5 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

### 10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado				
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	-	-	-	220	220
Adições	-	-	-	207	207
Transferências	-	2	2	(2)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	2	2	425	427
Custo	-	2	2	425	427
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	2	2	425	427
Adições	-	-	-	178	178
Transferências	22	428	450	(450)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(2)	(2)	-	(2)
Depreciação	-	(67)	(67)	-	(67)
Outros	(1)	(12)	(13)	-	(13)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	21	349	370	153	523
Custo	21	416	437	153	590
Depreciação acumulada	-	(67)	(67)	-	(67)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	21	349	370	153	523
<b>Taxa média anual de depreciação %</b>					
Em 31 de dezembro de 2024	10	20			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 10 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 5,96% a.a. e 0,58% a.a., respectivamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>44.524</b>	<b>659</b>	<b>776</b>	<b>45.959</b>	<b>4.719</b>	<b>50.678</b>
Adições	-	-	14	14	25.404	25.418
Transferências	271	665	(665)	271	(271)	-
Amortização	(1.215)	(6)	-	(1.221)	-	(1.221)
Outros	(4)	-	-	(4)	-	(4)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>43.576</b>	<b>1.318</b>	<b>125</b>	<b>45.019</b>	<b>29.852</b>	<b>74.871</b>
Custo	45.570	665	125	46.360	29.852	76.212
Amortização acumulada	(1.994)	(6)	-	(2.000)	-	(2.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>43.576</b>	<b>659</b>	<b>125</b>	<b>44.360</b>	<b>29.852</b>	<b>74.212</b>
Adições	-	-	95	95	32.135	32.230
Transferências	19.095	128	(130)	19.093	(19.093)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	2	2	-	2
Amortização	(1.334)	(77)	-	(1.411)	-	(1.411)
Outros	(131)	-	-	(131)	(8)	(139)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>61.206</b>	<b>710</b>	<b>92</b>	<b>62.008</b>	<b>42.886</b>	<b>104.894</b>
Custo	64.534	793	92	65.419	42.886	108.305
Amortização acumulada	(3.328)	(83)	-	(3.411)	-	(3.411)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>61.206</b>	<b>710</b>	<b>92</b>	<b>62.008</b>	<b>42.886</b>	<b>104.894</b>
<b>Taxa média anual de amortização %</b>						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	11				

(a) Amortização pela curva do benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.251 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 99 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 5,96% a.a. e 0,58% a.a., respectivamente.

### Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	42.033
Obras contratuais Fase 1b	432
Execução de drenagem e adução do sistema de captação, manejo e retenção de águas pluviais	41.601

## 12. Fornecedores

	2024	2023
<b>Circulante</b>	<b>2.072</b>	<b>14.512</b>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	884	14.022
Cauções e retenções contratuais (b)	1.188	490
<b>Não circulante</b>	<b>48</b>	<b>5</b>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	48	5
<b>Total</b>	<b>2.120</b>	<b>14.517</b>

(a) Refere-se, principalmente, aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e

# Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

## 13. Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
<b>Circulante</b>	<b>1.031</b>	<b>930</b>
Salários e remunerações a pagar	167	134
Benefícios, gratificações e participações a pagar	406	383
Encargos sociais e previdenciários	159	134
Provisão para férias	299	279
<b>Total</b>	<b>1.031</b>	<b>930</b>

## 14. Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
<b>Circulante</b>	<b>1.248</b>	<b>1.643</b>
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>	<b>1.248</b>	<b>1.643</b>
ISS	656	886
Cofins	205	294
INSS retidos	195	320
PIS, Cofins e CSLL retidos	74	71
PIS e Cofins judicial	62	-
PIS	47	63
IRRF	9	9

## 15. Empréstimo

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
Itaú (Capital de giro)	CDI + 2,20% a.a.	2,9773% (a)	Julho de 2024	188	-	-	13.213
				<b>Total</b>	-	-	<b>13.213</b>

	2024	2023
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>13.213</b>
Empréstimos	-	13.259
Custos de transação	-	(46)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>13.213</b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; e



## Garantias:

(b) 100% aval/fiança corporativa da CCR.

A Companhia possui contratos financeiros de empréstimos com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos.

## 16. Nota comercial

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
1ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	1,8677% (a)	Agosto de 2025	188	-	-	31.214 (b)
2ª Emissão - Série única	CDI + 1,10% a.a.	1,3075% (a)	Junho de 2026	205	155	49.945	- (b)
				<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>49.945</b>	<b>31.214</b>

  

	2024	2023
<b>Circulante</b>	<b>100</b>	<b>1.310</b>
Nota comercial	100	1.311
Custos de transação	-	(1)
<b>Não circulante</b>	<b>49.845</b>	<b>29.904</b>
Nota comercial	50.000	30.000
Custos de transação	(155)	(96)
<b>Total</b>	<b>49.945</b>	<b>31.214</b>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e

## Garantias:

(b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2024
2026	50.000
(-) Custo de transação	(155)
<b>Total</b>	<b>49.845</b>

## 17. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias.



## 17.1. Processos com prognóstico de perda provável

	Cíveis e administrativos	Tributários	Trabalhistas e previdenciários	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	-	-	-
Constituição	7	1	60	68
Pagamentos	(7)	(1)	(1)	(9)
Atualização de bases processuais e monetária	-	-	1	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-	<b>60</b>	<b>60</b>

## 17.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui riscos relativos a questões tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Tributários	10.064	5.296
<b>Total</b>	<b>10.064</b>	<b>5.296</b>

## 18. Patrimônio líquido

### 18.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 53.648, composta por 53.648.411 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

### 18.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### 18.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

### 18.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do exercício	9.353
(-) Constituição de reserva legal	468
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>9.821</b>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	2.455
Total de juros sobre capital próprio aprovados a pagar (líquido de IRRF)	(4.675)
<b>Total de juros sobre capital próprio</b>	<b>(4.675)</b>

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação de juros sobre capital próprio a pagar.

## 18.5. Juros sobre capital próprio

Em 24 de setembro de 2024, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 1.587, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 1.349, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 238, a serem pagos quando oportuno.

Em 17 de dezembro de 2024, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 3.913, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 3.326, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 468, a serem pagos quando oportuno.

## 19. Receitas operacionais

	2024	2023
<b>Receita bruta</b>	<b>67.114</b>	<b>56.286</b>
Receitas de construção (ICPC 01)	29.234	24.955
Receitas aeroportuárias	36.527	30.121
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	1.353	1.210
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(4.562)</b>	<b>(4.749)</b>
Impostos sobre receitas	(4.203)	(3.343)
Abatimentos	(359)	(1.406)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>62.552</b>	<b>51.537</b>



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Resultado financeiro

	2024	2023
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(4.332)</b>	<b>(3.377)</b>
Juros sobre empréstimos e notas comerciais	(5.922)	(3.185)
Comissão de fianças	(509)	(238)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.261	102
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(40)	(9)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(122)	(47)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>3.140</b>	<b>3.126</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.946	2.929
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	15
Juros e outras receitas financeiras	194	182
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.192)</b>	<b>(251)</b>

## 21. Instrumentos financeiros

### 21.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024	2023
<b>Ativo</b>	<b>Nível</b>	<b>17.184</b>	<b>46.501</b>
<b>Valor justo através do resultado</b>		<b>12.969</b>	<b>41.427</b>
Caixa e bancos	Nível 2	69	27
Aplicações financeiras	Nível 2	12.900	41.400
<b>Custo amortizado</b>		<b>4.215</b>	<b>5.074</b>
Contas a receber		4.112	4.901
Contas a receber de partes relacionadas		103	173
<b>Passivos</b>		<b>(10.370)</b>	<b>(31.161)</b>
<b>Custo amortizado</b>		<b>(10.370)</b>	<b>(31.161)</b>
Nota comercial (a)		(49.945)	(31.214)
Empréstimo (a)		-	(13.213)
Fornecedores e outras obrigações		(2.280)	(14.646)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(343)	(558)
Dividendos e juros sobre capital próprio		(7.045)	(2.370)
Obrigações com Poder Concedente		(702)	(374)
<b>Total</b>		<b>6.814</b>	<b>15.340</b>

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação

**Empréstimos e notas comerciais mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	-	-	13.259	13.369
Notas comerciais (a)	50.100	50.300	31.311	26.963

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

## 21.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

### 21.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento e nota comercial, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ <sup>(3) (4)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(50.100)	(6.705)	(8.244)	(9.782)
<b>Efeito sobre notas comerciais</b>		<b>(6.705)</b>	<b>(8.244)</b>	<b>(9.782)</b>
CDI	13.000	1.030	1.281	1.530
<b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>		<b>1.030</b>	<b>1.281</b>	<b>1.530</b>
<b>Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)</b>		<b>(5.675)</b>	<b>(6.963)</b>	<b>(8.252)</b>

A taxa de juros considerada foi <sup>(1)</sup>:

CDI <sup>(2)</sup>	12,1500%	15,1875%	18,2250%
--------------------	----------	----------	----------

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Compromissos relativos à contrato de concessão

### 22.1. Compromissos com o Poder Concedente – Outorga variável

Outorga variável	%	Base	Circulante	
			Valor a pagar	
			2024	2023
Pampulha	5,0	Receita bruta	702	374
<b>Total</b>			<b>702</b>	<b>374</b>

### 22.2. Compromissos relativos às concessões

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
<b>Compromissos relativos à contrato de concessão</b>	<b>124.854</b>	<b>136.890</b>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

## 23. Demonstração dos fluxos de caixa

### 23.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetam caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2024	2023
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>144</b>	<b>15.085</b>
Tributos a recuperar	144	4
Fornecedores	-	15.081
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(144)</b>	<b>(15.085)</b>
Adições ao ativo intangível	-	(15.081)
Outros de ativo intangível	(144)	(4)

### 23.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Empréstimos e notas comerciais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(44.427)</b>	<b>(44.427)</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>404</b>	<b>404</b>
Captações (líquidas dos custos de transação)	(49.753)	(49.753)
Pagamentos de principal e juros	50.157	50.157
<b>Outras variações que não afetam o caixa</b>	<b>(5.922)</b>	<b>(5.922)</b>
Juros sobre empréstimos e notas comerciais	(5.922)	(5.922)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(49.945)</b>	<b>(49.945)</b>

## 24. Eventos subsequentes

### Emissão de debêntures

Em 14 de fevereiro de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 165.000. A emissão será objeto de distribuição pública (Resolução da CVM n.º 160, de 13/07/2022), sob o regime de garantia firme de colocação. O público-alvo da oferta será composto exclusivamente por investidores profissionais (artigo 11 da Resolução da CVM n.º 30, de 11/05/2021). Os recursos obtidos com a emissão serão destinados para investimentos de capital ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas, relacionados à concessão objeto do contrato de concessão, sendo que a liquidação financeira da emissão está sujeita as condições de mercado e macroeconômicas favoráveis, ao interesse dos investidores e demais fatores alheios à vontade da Companhia.

\*\*\*



## Composição do Conselho de Administração

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Presidente
Ana Maria de Castro Rovai	Membro Efetivo
Marcus Vinícius Vieira Macedo	Membro Efetivo
Monique Henriques Barbato de Souza	Membro Efetivo
Rodrigo Siqueira Abdala	Membro Efetivo

## Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Diretor Presidente
Marcus Faria Moreno	Diretor

## Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti  
CRC 1SP190868/O-0 "S" MG